

# Planalto não espera quorum

O Governo Federal está confiante em que o Congresso Nacional nada deliberará durante suas sessões extraordinárias até o final do mês. Mesmo se houver quorum, as oposições, na avaliação governista, não contariam com número suficiente de parlamentares em plenário para impor uma derrota ao Planalto na polêmica questão salarial. As oposições, por sua vez, reúnem-se nesta semana para traçar uma nova estratégia mais radicalizada — derrubar a medida provisória sobre salários editada quinta-feira passada pelo presidente Fernando Collor. "Com o voto total ao projeto de conversão aprovado por unanimidade pelo Congresso não há mais clima de confiança para um novo acordo com as lideranças governistas", assegurou o líder de plantão do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar.

Com receio da falta de quorum, alguns parlamentares de oposição estão examinando a viabilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a nova medida provisória que consideram ilegal. Mas este caminho dificilmente será trilhado: o deputado Nelson Jobim, tido como o maior especialista em questões jurídicas no Congresso Nacional, já desaconselhou a Liderança do PMDB a recorrer ao STF ou, na Comissão Mista, a bancar um parecer considerando inadmissível a medida provisória, o que provocaria a sua devolução sem apreciação do mérito ao Executivo.

Restariam às oposições duas alternativas. A primeira — elaborar um novo projeto de conversão, que teria o mesmo conteúdo dos anteriores, assinado pelo mesmo relator — deputado Tidaí de Lima — ou

tentar rejeitar a medida provisória. A opção pelo projeto de conversão poderia até contar com a simpatia das lideranças governistas, certas de que ele seria, mas uma vez, integralmente vetado pelo presidente Fernando Collor. A rejeição seria o confronto: as oposições teriam de assegurar, sozinhas, o quorum necessário de 248 deputados para derrubar a proposta do Governo.

Na coordenação política do Governo, ninguém acredita que as oposições tenham este cacife de mobilização em pleno mês de janeiro, com parlamentares passando férias com suas famílias no País e no exterior. "Realmente, será muito difícil", reconhece Ubiratan Aguiar. O mais provável, portanto, é que o Congresso atravesse o mês de janeiro sem nada deliberar, encerrando as sessões extraordinárias e seu mandato no dia 31 de janeiro. "Isto será melancólico e muito ruim para a imagem do Legislativo", diz o 1º vice-líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia.

O Governo avalia que a composição do futuro Congresso, a ser empossado no dia 1º de fevereiro, lhe será muito mais favorável e não parece nem um pouco incomodado com o desgate do atual Parlamento junto à opinião pública, com seus integrantes ganhando a substancial ajuda de custo de Cr\$ 1,6 milhão para nada votar. As oposições vão ocupar a tribuna nos próximos dias para tentar transferir ao Governo a responsabilidade e o desgaste por ter convocado o Congresso logo no início de janeiro, atribuindo-lhe o propósito de desmoralizá-lo.